



GT 037. Etnografias sobre a financeirização do agronegócio no Brasil: efeitos, disputas e comparações

Anna Catarina Morawska Vianna (UFSCar) - Coordenador/a,
Luciana Schleder Almeida (UNILAB) - Coordenador/a

Este grupo de trabalho tem como intuito propor um debate sobre a financeirização do agronegócio no Brasil por meio de etnografias que explorem a imbricação de elementos técnicos e morais que marcam a chamada "sociedade do agronegócio" (Heredia, Palmeira, Leite 2010). São bem vindas reflexões baseadas em trabalho etnográfico que proponham, por exemplo, comparações entre o agronegócio para exportação e redes de troca de produtos não financeirizados, como o caso de sementes crioulas e produtos agroecológicos; descrições de alianças entre técnicos, grupos de pesquisa e produtores em torno de saberes e tecnologias que visam o aumento da produção e circulação de produtos; estratégias discursivas que esses agentes mobilizam para legitimar a expansão do agronegócio; etnografias sobre leilões e mercados agropecuários que joguem luz sobre nos fluxos correntes de economia e mercados; análises sobre as distintas temporalidades implicadas no "dentro" e "fora" da porteira, assim como em mercados físicos e futuros. Pretende-se, deste modo, reunir tanto pesquisadores que têm como foco central questões próprias da antropologia da economia, assim como aqueles que as tangenciam tendo em vista os processos de expropriação e conflito que seus interlocutores de pesquisa vivem enfrentando no meio rural brasileiro.

"Aqui você não bota questão, você faz conciliação": um estudo sobre a relação entre "forma mercantil" e "forma jurídica" a partir dos conflitos na lavoura do Agronegócio Café no Cerrado Mineiro

Autoria: Hailton Pinheiro de Souza Júnior

Em nossa tese de doutorado, dedicamo-nos ao estudo das relações de work e seus conflitos na lavoura do Agronegócio Café em Patrocínio e Araguari (MG, Brasil), municípios do Cerrado Mineiro, região produtora de café nestes termos conformada a partir dos anos de 1970, quando um conjunto de políticas públicas promoveu o encontro entre produtores do sul - cujas famílias têm acompanhado a "grande vaga do café" desde sua fixação no país, passando por São Paulo e Paraná - e trabalhadores do norte - migrantes mineiros, baianos e de outras áreas do interior do país - região em que hoje se expressa uma realidade que é, justamente, produto deste encontro. As relações laborais, estabelecidas sobre uma base de representações sociais herdadas do colonato (vivido pelas famílias de produtores em sua origem no interior de São Paulo e Paraná) associada às representações sociais camponesas mobilizadas pelos trabalhadores migrantes, orientam-se tradicionalmente por um código de prescrições morais a partir das quais os sujeitos regulam os diferentes aspectos de suas relações de work. Progressivamente, no entanto, as relações laborais sofrem a incidência dos direitos, forma de regulação das práticas na lavoura que se assenta sobre os dispositivos legislativos e se generaliza pela aproximação à realidade local dos órgãos de fiscalização e controle - do Estado, portanto - tensionando instituições locais e sujeitos à absorção de novos paradigmas às suas relações, em especial, suas relações laborais. Nesta comunicação, desejamos refletir sobre a relação entre a "forma mercantil" e a "forma jurídica" na conformação de uma "sociedade e economia do agronegócio", pela análise do processo histórico de ajuste entre código moral e norma jurídica, operado através de instituições locais como o Núcleo Intersindical de Patrocínio, ajuste que parece tornar possível a coexistência entre uma "agricultura moderna", "certificada", aparentemente alinhada a rigorosos padrões internacionais de produção e comercialização, e a manutenção de certas práticas laborativas que seriam lhes seriam contrárias, colidentes não apenas com estes padrões internacionais mas com as próprias disposições (ainda) vigentes no



direito do work brasileiro. Interessa-nos analisar, portanto, a relação entre o "mercado" e o "direito", a partir dessa experiência de ajuste da realidade local às exigências legais e das exigências legais à realidade local, experiência própria à lavoura do cerrado mineiro, que investigamos em nossa tese de doutorado, a partir do "dilema moral" vivido pelos trabalhadores diante da escolha por "botar questão" ou "fazer conciliação".



Realização:



Apoio:



Organização:

